

# Competências informacionais e midiáticas do deficiente visual: o profissional da informação como mediador

Informational and media skills of the visually impaired: the information professional as a mediator

**Brenda de Souza Silva**, Universidade Federal de Pernambuco - [brenda.ssilva@ufpe.br](mailto:brenda.ssilva@ufpe.br)  
**Igor Peixoto Torres Girão** - [igorpeixoto310@gmail.com](mailto:igorpeixoto310@gmail.com)

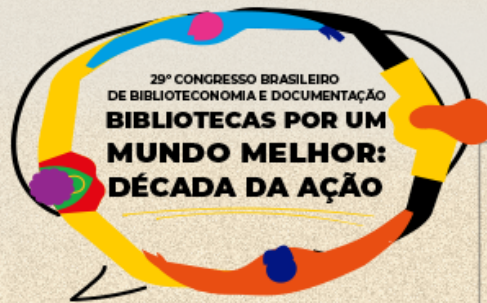
## Eixo 1: Não deixar ninguém para trás

### 1 INTRODUÇÃO

A consciência que somos parte de uma sociedade global é o que aponta para a necessidade de entender as formas que as pessoas com deficiência visual podem se manter autônomas no processo de tomada de decisão. É importante compreender também qual o papel mediador que o profissional poderá desenvolver, para que os processos de disseminação e armazenamento estejam condizentes com o conceito de inclusão. Passerino e Montardo (2007) entendem que a inclusão é um movimento social que busca trazer qualidade de vida, desenvolvimento humano, autonomia, igualdade de oportunidades e direitos para pessoas e grupos em desvantagem em paridade com demais membros da sociedade.

A máxima de que “informação é poder” vai ao encontro do que o conceito de inclusão exprime quando alinhamos o discurso com as vantagens advindas de se manter informado em nossa sociedade planetária, tendo em vista a heterogeneidade de suportes, serviços e usuários específicos, que precisam de soluções cada vez mais inovadoras e produtos alinhados às suas necessidades. Compreendemos a informação como uma das ferramentas mais eficientes para incluir sujeitos tratados com descaso pela sociedade, fazendo eco ao pensamento de Farias (2017), em que a informação mediada para aqueles à margem social, por vezes, ignorados e excluídos, desperta o senso de apropriação e empoderamento.

Para nosso estudo os sujeitos marginalizados são as pessoas com deficiência visual que ainda são negligenciadas no que tange a atenção dada por alguns



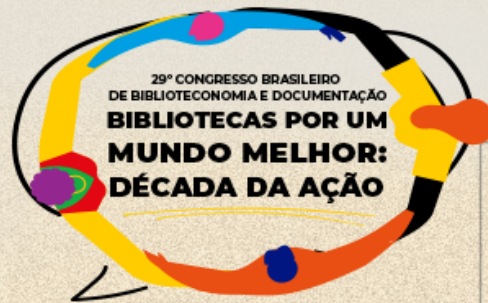
produtores de conteúdos informacionais. Tendo em vista esse cenário nos questionamos: como a competência informacional e midiática pode incluir as pessoas com deficiência na sociedade da informação com autonomia? Nosso estudo objetiva analisar e propor pontos de convergência entre os conceitos de Acessibilidade, Usabilidade e Competência Informacional dos bibliotecários, visando melhores práticas de inclusão para pessoas com deficiência visual.

## 2 DEFICIÊNCIA VISUAL

A deficiência visual ainda é tratada como obstáculo por vários setores da Sociedade da Informação (SOCINFO), paradoxalmente é determinado que sejam desenvolvidas competências para que as pessoas com deficiência visual sejam de fato participantes de todas as etapas, processos e esferas nas quais a rotina informacional atualmente propõe. Eventualmente os modos de interação compreendem, as poucas formas rudimentares de mediação. Mediação que permite a classificação do mundo por meio dos sentidos e das palavras.

A abordagem de Vygotsky (1993) traz como tema central o entendimento de que o ser humano se desenvolve pela interação social, o que ocorre quando o desenvolvimento cognitivo mantém estreita relação com a aprendizagem, quando há apropriação do conhecimento produzido pela humanidade e estabelecimento de relações com o meio. A deficiência visual juntamente com o sujeito está inserida em um contexto sócio-histórico, isso quer dizer que as teias culturais que permeiam as interações desse sujeito com o mundo estão entranhadas de significados advindos das modificações oriundas da deficiência. Um deficiente visual nem se quer precisa recorrer a definições legais ou biomédicas para se sentir minimizado ou desfavorecido, a própria sociedade tenderá a o excluir.

Essas peculiaridades existem para além de qualquer julgamento ou preconceito, pois independente de qualquer coisa, as especificidades das pessoas com deficiência visual lhes conferem outros *modus operandi*, mas que não os deve excluir da Sociedade da Informação. São importantes essas considerações para os que desenvolvem atividades com pessoas com deficiência visual, pois dizem respeito



à forma que as pessoas que não dispõem da visão como sentido predominante percebem e organizam o mundo ao seu redor (MANZINI, 2005).

Nossa pesquisa chama a atenção para a qualidade de escolha e a condição que o deficiente visual tem de ter controle sobre as decisões que fará ao longo de sua vida, mesmo com necessidades diferenciadas, a competência para agir sobre o que interage e influencia em seu cotidiano depende da postura que ele terá ao “se descobrir” deficiente visual ou no caso de uma deficiência congênita, quando se perceber ator em uma teia de interações sociais agindo, modificando e sendo modificado pelo seu entorno, então poderá entender os caminhos que podem e devem ser trilhados para que sua condição de limitação sensorial não seja definição para inépcia, apenas mais uma peculiaridade das milhares possíveis para os seres humanos.

### **3 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E MIDIÁTICA**

Nesta seção trataremos de conceituar a competência informacional e midiática, pois este entendimento se faz de extrema importância para a compreensão dos assuntos tratados nesta revisão bibliográfica. As pessoas com deficiência visual ainda enfrentam obstáculos no tocante ao número de barreiras formadas pela falta de acessibilidade, não sendo raro que suportes sem tratamento adequado sejam usados de maneira improvisada por esses usuários que estão tão dentro da Sociedade da Informação quanto uma pessoa vidente, mas esta é a questão: estar dentro não é o mesmo que estar inserido.

O sucesso na sociedade da informação está na oferta de igualdade de oportunidades rumo à sociedade do conhecimento, eventualmente, com uma visão inclusiva e educação de qualidade. Nessas sociedades, onde a aprendizagem contínua ao longo de nossas vidas, a educação não deve apenas distribuir informação, mas também, construir a autoconfiança e habilidades sociais, bem como ajudar as pessoas a se realizar através da identificação de seus talentos e ideias criativas. (BELLUZZO, 2014, p. 51).

A citação acima estabelece um paralelo causal entre o sucesso da SOCINFO ligado diretamente a inclusão, esta seria a chave para o desenvolvimento dos sujeitos, proporcionando o cultivo de competências e habilidades devido a educação de



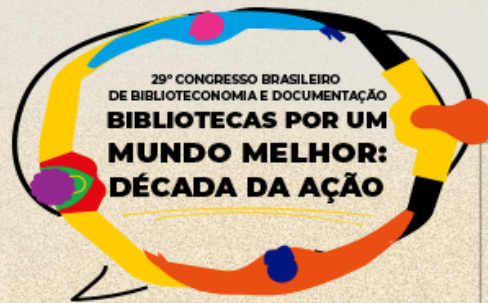


qualidade e continuada por toda a vida. Belluzzo (2014) reafirma esta noção, ao descrever que a Competência em Informação é uma condição *sine qua non* ao desenvolvimento e inovação social de um país. A competência em informação somada à habilidade midiática incorpora conhecimentos essenciais sobre: (a) as funções da mídia, das bibliotecas, dos arquivos e de outros provedores de informação em sociedades democráticas; (b) as condições sob as quais as mídias de notícias e os provedores de informação podem cumprir efetivamente essas funções; e (c) como avaliar o desempenho dessas funções pela avaliação dos conteúdos e dos serviços que são oferecidos (WILSON et al, 2013, p.16).

Duncan (2009) traz um delineamento mais pedagógico e humano, que prima pela qualidade de informação e solidez dos meios de comunicação. Para ele, o letramento informacional nesse sentido é equivalente à capacidade de educar e aprender dos dois lados, dois que na verdade são híbridos ao ponto dos consumidores serem também produtores. Letramento informacional tem a capacidade de permitir aos consumidores se apropriarem ao ponto de criarem seus próprios produtos populares. O acesso à informação é primordial para o posicionamento intelectual, político e participativo das pessoas com deficiência visual e as competências informacionais e midiáticas são fatores fundamentais para concretizar esse caminho, juntamente com conceitos vinculados diretamente ao que diz respeito à apropriação de forma ampla.

#### **4 MÉTODO DA PESQUISA**

O estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, onde, segundo Gil (2002) consiste na junção de material bibliográfico sobre uma determinada temática, cujo intuito é discorrer de maneira abrangente, mas, também direcionada, trazendo uma gama de teóricos e perspectivas. Foram seguidos os passos elencados pelo mesmo, sendo esses, o levantamento nas bases de dados BRAPCI e SCIELO através dos termos *Deficientes Visuais*, *Competência Informacional*, *Acessibilidade* e *Usabilidade*. Depois de analisados, escolhidos dentro do escopo proposto pelos autores e fichados, foram usados como fundamentação teórica. A seguir, o



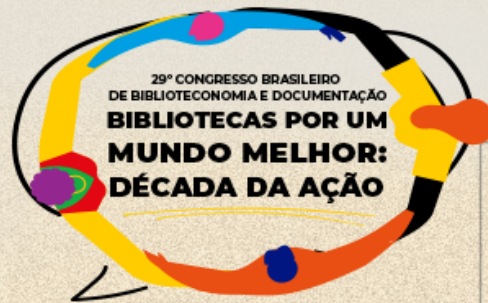
encontrado será apresentado como parte dos resultados do estudo. Assim, os fios condutores dessas sessões servem para expor as considerações sobre Acessibilidade e Usabilidade, no concernente aos profissionais da informação para com os deficientes visuais.

## **5 REFLEXÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE ACESSIBILIDADE E USABILIDADE**

As pessoas com deficiência visual lidam com a informação de forma semelhante aos videntes, na verdade o que difere a prática informacional está no tocante às formas de apreensão da informação, manuseamento dos suportes, fontes de informação e acessibilidade. É importante frisar que a acessibilidade, independente do seu foco, significa antes de qualquer coisa, a capacidade de um produto se comunicar com seus usuários. Nesse sentido tornar uma informação acessível é proporcionar a capacidade de acesso a quem dela necessite. Acessibilidade é uma forma de garantir a inclusão para as pessoas com deficiência, mesmo que sua condição seja temporária ou permanente. O fator Acessibilidade é responsável para que haja de fato interesse ou predileção para a escolha de alguma fonte específica ou suporte.

Em uma sociedade com tantas formas de se representar e registrar a informação, a Acessibilidade ganha importância não apenas de melhorar o uso de uma interface, mas ela é o que permite/possibilita o uso dos documentos de forma profunda, sem o acesso cognitivo ao conteúdo do documento é complicado estabelecer vínculos intelectuais, filosóficos ou emocionais com o determinado conteúdo da informação.

No contexto atual das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a questão da acessibilidade é evidenciada e a sua aplicabilidade conceitual ampliada, podendo ser compreendida não apenas como a eliminação de barreiras arquitetônicas e de acesso físico, mas a promoção do acesso à rede de informações através de equipamentos e programas adequados, que possibilitam a apresentação da informação em formato alternativo, de acordo com as necessidades dos usuários (ACESSIBILIDADE BRASIL, 2012). Para além de interferir em um processo

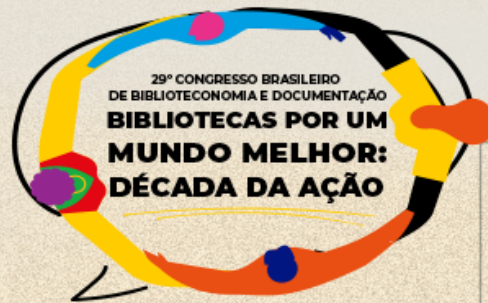


informacional, pelo seu viés de possibilitar o acesso ao conteúdo de um documento, a acessibilidade como fator de mediação, deve permitir que os sujeitos possam ser livres e autônomos para se apropriarem do mundo e dos seus signos, interpretando e manipulando seus significados semióticos e tornando as ferramentas, os indivíduos e o ambiente uma amálgama de querer e poderes, perguntas e respostas, problemas e soluções; sempre em devir, significação e completude. Apoiando a Acessibilidade não raramente encontramos o que se entende por Usabilidade, que visa o desempenho de uma atividade ou mais intrinsecamente à manipulação e uso de alguma ferramenta ou artefato. A Usabilidade, em cunho prático, não é nada mais que a capacidade de usar algo, ou ramificações dessa máxima. Em certos aspectos também se refere ao estabelecimento de um contato que *“linka” a cognição ao ferramental*.

Usabilidade é um conceito essencial na área que envolve a interação humano-computador, sendo definida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) pela norma NBR ISO/IEC9126-1, que inclui usabilidade entre os atributos de qualidade de software como a “capacidade do produto de software de ser compreendido, aprendido, operado e atraente ao usuário, quando usado sob condições especificadas” (ABNT, 2003, p. 9). O termo usabilidade começou a ser utilizada no início da década de 80, principalmente nas áreas de Psicologia e Ergonomia, como substituto a expressão *“user-friendly”*, referente à interface amigável e fácil de ser usada e entendida. Com o tempo, vários autores procuram definir usabilidade, porém utilizando diferentes abordagens, tais como: definições orientadas ao produto; definições orientadas ao usuário; definições baseadas no desempenho do usuário e, definições orientadas ao contexto de uso (DIAS, 2007). A norma NBR 9241-11 descreve usabilidade como sendo “a medida na qual um produto pode ser usado por usuários específicos para alcançar objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação em um contexto específico de uso” (ABNT, 2002, p. 3).

A estrutura de usabilidade proposta vem acompanhada de algumas informações necessárias que auxiliam a melhor compreensão sobre os componentes de usabilidade e o relacionamento entre eles. Dentre as informações encontra-se a





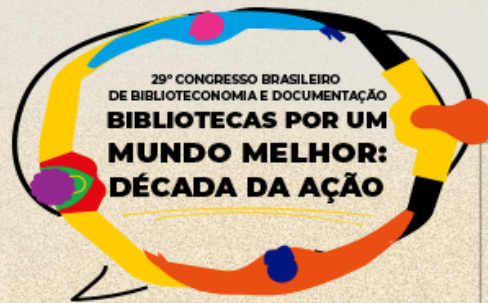
concepção de usuário: pessoa que interage com o produto; eficácia: significa a precisão e completeza com que os usuários atingem seus objetivos específicos, acessando a informação correta ou gerando os resultados esperados. No livro *Usability Engineering*, Nielsen (1993) descreve cinco atributos de usabilidade que juntos fornecem ao usuário procedimentos e opções consistentes para o uso da informação. Sendo esses, os atributos de usabilidade:

**Facilidade de aprendizado** - o sistema deve ser o mais simples possível e de fácil aprendizagem para que o usuário tenha a possibilidade de, sem demora, conhecer o sistema e desenvolver suas atividades. **Eficiência de uso** - o sistema deve ser hábil o suficiente para permitir que o usuário, tendo aprendido a interagir com ele, atinja altos níveis de produtividade no desenvolvimento de suas atividades. **Facilidade de memorização** - aptidão do usuário de regressar ao sistema e realizar suas tarefas mesmo que não o tenha utilizado por um determinado tempo. **Baixa taxa de erros** - em um sistema com poucos índices de erros, o usuário é capaz de realizar suas tarefas sem grandes problemas, recuperando-se dos erros, caso aconteçam. **Satisfação subjetiva** - o usuário considera agradável a interação com o sistema e se sente particularmente satisfeito com ele. (NIELSEN, 1993, p. 26, tradução nossa).

A Usabilidade, assim como a Acessibilidade são conceitos fundamentais para a navegação no mar informacional. Podemos notar que sem essas diretrizes ficaria complicado a sustentação de um ambiente, serviço ou produto para pessoas com especificidades fora do padrão dito convencional, como por exemplo a deficiência visual, nas quais nos concentramos, evocando a necessidade de respeito e uso desses conceitos.

## 6 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA OS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO

Para que o processo de mediação seja erigido entre os conteúdos informacionais e os deficientes visuais, é necessário que o profissional compreenda os fenômenos informacionais que acontecem no âmbito da unidade de informação. O profissional da informação, segundo Belmonte (2007, p. 23) é alguém que guia, orienta, intermedeia, amplifica, organiza e desenha processos formativos, o que implica em “[...] conhecer quanto contribui a autêntica construção da obra mais complexa que podemos empreender, como a formação de uma pessoa”. Para o autor



ser responsável por uma unidade de informação é o mesmo que ser um dos responsáveis pela construção do conhecimento dos indivíduos, daí a necessidade de ter empenho, dedicação e maestria para lidar com a mediação da informação junto aos indivíduos que pertencem ao leque de sujeitos que podem ser contemplados com os produtos e serviços da unidade de informação.

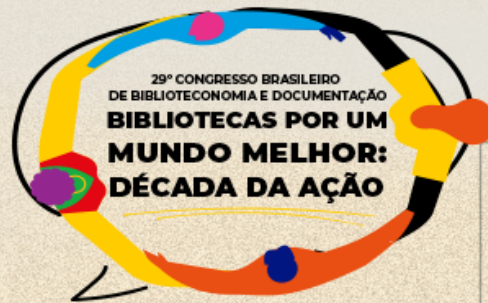
Os processos dialógicos acontecem muito antes do usuário ter contato direto com os conteúdos informacionais, Farias apud Belmonte (2014) trabalha com a mediação em uma visão inclusiva e potencializadora do desenvolvimento integral, apresenta vários significados, e esses por sua vez, são descritos unitariamente ampliando a noção do que é mediar, acrescentando um sentido aliado à alteridade. Para contribuir para a formação e aprendizagem, é preciso intervir, mas antes de se chegar à efetiva intervenção, há outros níveis de mediação apresentados por Kuhlthau (1998), que direciona para os mediadores algumas diretrizes:

1. Operador: Operacionaliza ferramentas e instrumentos disponíveis na unidade de informação;
2. Localizador: Intervém junto à solucionar problemas de “baixa complexidade”. Respondendo questionamentos e sanando algumas dúvidas pontuais;
3. Identificador: Age apontando canais fidedignos para pesquisa indicando fontes apropriadas para consulta;
4. Conselheiro: Sugere formas de percurso metodológico, formas de abordar fontes e como especificar a busca, visando extrair dados relevantes e originais da pesquisa;
5. Tutor: Por meio do diálogo já estabelecido, o processo se encaminha para seu desfecho, contribuindo para a construção do conhecimento e sedimentando a prática de pesquisa do usuário, orientando e apontando os melhores caminhos metodológicos.

Os níveis que a autora preconiza podem ser adaptados para o tratamento das pessoas com deficiência, não de forma que um conhecimento ou postura anule a primeira, mas que possam ser conhecimentos que coexistem e que sejam competências do profissional para acolher com esmero os sujeitos de nossa pesquisa.

1. Organizador: No momento de operar o sistema, é sugerido que o mediador possa ter entendimento se a arquitetura de informação permite uma navegação amigável, se há respeito quanto às diretrizes de acessibilidade e se o sistema está estruturado de maneira que permita uma navegação profícua;
2. Localizador: Para localizar a informação e responder com acérea o nosso indivíduo, é preciso que o mediador compreenda como o deficiente visual percebe o sistema, organização da informação;
3. Identificador: Para identificar fontes que atendam as necessidades informacionais das pessoas com deficiência visual faz-se necessário entender que tipo de fontes são acessíveis, quais são as mais usadas, que competências o usuário tem e quais ele pode desenvolver a curto e longo prazo;

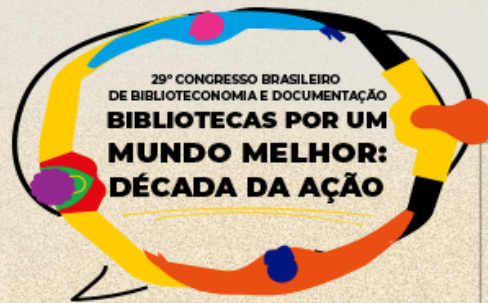




4. Conselheiro: Tendo desenvoltura nas suas próprias competências, o profissional da informação (mediador) se antecipa ao problema e pode recomendar fontes para sanar lacunas informacionais dos deficientes visuais;
5. Tutor: É o somatório de todas as etapas anteriores, na qual o mediador que já entendeu a questão e ajudará a sanar o problema informacional, sugere fontes ou oferece meios de busca no sistema (explicando o funcionamento, se necessário).

A negligência que existe no tratamento de informações acessíveis ainda é incipiente para que não haja uma necessidade de calar frente ao abismo profundo que há entre as pessoas com deficiência visual e as relações interpessoais que dependem de um sistema de informação em sentido amplo, uma diferença intelectual que ainda existe e é opressora, covarde e pesada. A educação deve ser libertadora, para que o oprimido não queira virar opressor (FREIRE, 1983). Almeida Júnior (2009) ressalta que as atividades exercidas pelo profissional da informação no cumprimento dos serviços relativos ao seu *métier* são práticas de mediação, ainda que, em algumas delas, o usuário não esteja presente, por exemplo, no processo de recuperação da informação, quando o alvo é o usuário, ou seja, da concepção à construção, a mediação está implícita, porque os instrumentos são orientados ao usuário.

Hoje com a disseminação da informação, e a democratização dos espaços informacionais, qual seria o motivo para limitar, mesmo que indiretamente, a apreensão da informação por quem necessita que os conteúdos tenham um tipo específico de tratamento, visando preservar a função mediadora do documento? Não seria melhor promover o acesso de maneira que qualquer usuário, independente de suas condições, pudesse fazer uso dos equipamentos e suportes informacionais? “Pode-se dizer, assim, que não há informação ou comunicação sem mediação. E que, nos tempos atuais, as mediações, ao serem mediatizadas, mediatizaram as relações sociais, ganhando estatuto que obriga a colocá-las em posição de centralidade” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 4). O posicionamento natural de quem está inserido na sociedade da informação é ter um desenvolvimento pessoal permeado pelas TIC's. Vivenciamos uma realidade na qual os indivíduos estão de tal forma envolvidos pela interação com os produtos informacionais, que ao analisar a historicidade da gênese e desenvolvimento da Ciência da Informação é impossível não levar em consideração os impactos e a influência que esses conteúdos



informacionais exercem na vida das pessoas. A pessoa com deficiência em um ambiente salutar para sua eloquência, um “espaço” ideal para exprimir seus saberes, desejos e conquistas, tende a se tornar um mediador, pois o ambiente permitiu a interação entre os atores da cena. Assim este mesmo deficiente, emancipado, autônomo, livre para se qualificar, produzir, participar ativamente da SOCINFO pode se transformar em protagonista de sua vida.

A mediação da informação pressupõe técnicas, instrumentos, suportes, recursos, agentes e processos que, como entendem Perrotti e Pieruccini (2014), deixam de representar simples artifícios de transferência de conteúdos informacionais passando a se constituírem em dispositivos geradores de sentidos. É exatamente nesse ponto que indicamos que o ambiente de interação e mediação da informação, que através do diálogo, ganha potência e transcende o estado pragmático de ser um depósito de conteúdos informacionais e passa a não apenas respeitar e entender o que há na cognição de cada sujeito, como alimenta e medeiam as relações entre os saberes internalizados pelos indivíduos. A educação é o caminho para qualquer pessoa, para as que têm deficiência visual não é diferente, mas esses estudantes com esta condição sensorial ainda tem inúmeras barreiras que os separam da informação libertadora de Freire (1983).

A pessoa com deficiência visual pode começar a se emancipar, frente ao mundo informacional, a partir de meios que podem garantir uma certa autonomia para a busca e manuseio no uso de suportes. Os profissionais da informação planejam seus sistemas e serviços de informação, influenciando o tratamento e a representação na qual os suportes serão descritos, estruturados e organizados, tanto no tocante ao formato dos documentos (guias de informação, site, sistemas de busca, bases de dados, etc.) assim da mesma forma como na estrutura arquitetônica do local podem existir barreiras que influenciam a apropriação ao espaço, a metáfora é a de que conteúdos impossibilitados de serem acessados, arquitetura de informação assimétricas e despreparadas para o ir e vir mais do que ao estético, mapas de navegação confusos, gera tantos entraves quando falta de rampas no mundo físico, excesso de escadas, terrenos desnivelados e avariados, falta de marcações de



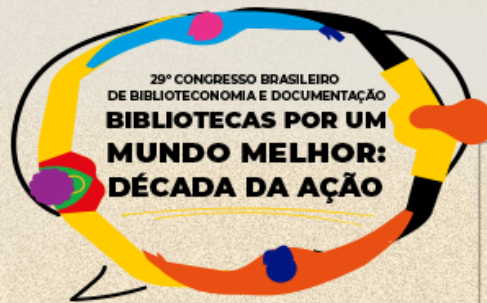
referências. A forma mais efetiva de se obter independência frente aos dispositivos, o ciberespaço e as mídias de forma geral é somar os conhecimentos, saberes e competências sobre todos os procedimentos e mecanismos que estejam de certa forma fáceis de se conseguir informações. A união entre estes saberes, esforços e competências. É o que de fato tornará o deficiente um sujeito proficiente no que diz respeito aos meandros da sociedade, isso inclui os processos de aprendizagem, cidadania, senso crítico e emancipação ideológica.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nosso trabalho se pautou em mostrar como a competência informacional e midiática é fundamental para proporcionar inclusão e acessibilidade aos conteúdos informacionais. O acesso ao conteúdo informacional sem obstáculos proporciona às pessoas com deficiência visual a oportunidade de sentir pertença ao valor intrínseco ao desenvolvimento de sua cognição, ampliando seu senso crítico, autoconfiança e gerando autonomia para buscar e selecionar a informação conforme seu julgamento. Para que haja ambientes cada vez mais profícuos para o desenvolvimento dessas competências é primordial a participação do profissional da informação como mediador, não apenas para atuar operando seus conhecimentos gerais, mas trabalhando para garantir a inclusão das pessoas com deficiência. O trabalho para que estes usuários tenham desenvoltura nos ambientes concernentes aos conteúdos informacionais, confere ao profissional ampliação dos valores referentes a empatia, criatividade, presteza, cooperação e dessa forma provocar o sucesso no que tange ao movimento de buscar e se apropriar da informação.

O conjunto de conhecimentos, saberes e competências que permeiam a mediação da informação e o relacionamento entre os deficientes visuais, as tecnologias e a sociedade vem sendo modificado nas últimas décadas, mas é patente que esta interação de inserção nas trilhas informacionais exige uma relação de letramento informacional e midiático, proporcionando autonomia e direcionamento para práticas informacionais gradativamente desenvolvidas, apresentando soluções que os usuários com deficiência visual na prática já possuíam, mas precisavam de





condições para executá-las. Para as pessoas com deficiência essa mediação, interação e mediação são sinais de um leque de possibilidades, mais do que chance de pegar carona no desenvolvimento, torna essa participação possível. Salientamos que se houvessem possibilidades democráticas de compreensão e mediação entre os sujeitos que constituem a sociedade da informação, os espaços midiáticos, digitais, ubíquos e pervasivos seriam de apropriação de todos efetivamente. Quando essa plenitude de vias infocomunicacionais corresponder a naturalidade, pela primeira vez poderemos olhar para os lados, na escola, na universidade e nas bibliotecas e ver sem tanta surpresa, um deficiente visual usando suas competências e as mídias para compreender, participar, refletir e modificar o mundo.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9241-11: Requisitos Ergonômicos para Trabalho de Escritórios com Computadores: Parte 11 – Orientações sobre Usabilidade. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO/IEC 9126-1: Engenharia de Software: Qualidade de Produto. Parte 1: Modelo de qualidade. Rio de Janeiro, 2003.

ACESSIBILIDADE BRASIL. O que é acessibilidade. 2012. Disponível em: <http://www.acesso.org.br/index.php?itemid=45>. Acesso em: 20 set. 2021.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. D. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

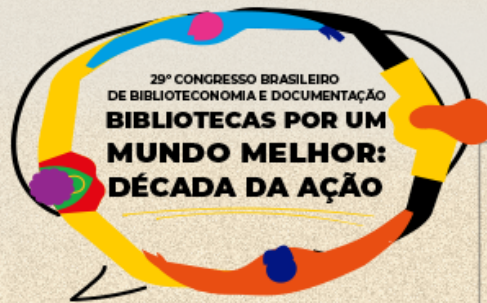
BELMONTE, L. T. **El profesor mediador del aprendizaje**. Chile: Arrayán, 2007.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas**: desenvolvendo competências em informação e comunicação. 2. ed. rev. e ampl. Bauru: Cá Entre Nós, 2014.

BRASIL. Decreto nº. 3.298. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acessibilidade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

DIAS, C. **Usabilidade na Web**: criando portais mais acessíveis. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta books, 2007.

DUNCAN, B. **Media Literacy**: Essential Survival Skills for the New Millennium. *School Libraries in Canada*, v. 25, n. 4, p. 31–34. 2009. Disponível em: <http://www.cla.ca/casl/slic/254medialiteracy.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.



FARIAS, G. B. Competência Informacional e Midiática no Ensino de Biblioteconomia: Apontamentos para o Contexto Brasileiro. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 13, n. especial, p. 111-135, jan./jul. 2017.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KUHLTHAU, C. C. **O papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem**. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. *Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica*. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 9-14. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte.

MANZINI, E. J. Inclusão e acessibilidade. **Revista da Sobama**, v. 10, n. 1, suplemento, p. 31-36, 2005.

NIELSEN, J. **Usability Engineering**. San Francisco: Morgan Kaufmann, 1993.

PASSERINO, Liliana Maria; MONTARDO, Sandra Portela. Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para Pessoas com necessidades especiais. **E-Compós**. Brasília, v. 8, p. 1-18, abr./2007.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria Autônoma. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01 – 22, mai./ago. 2014.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: M. Fontes, 1993.

WILSON, C. **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013.

## **AGÊNCIAS FINANCIADORAS**

FACEPE - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco.